



PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO **2018**

ESCOLA JUDICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba

<https://www.trt13.jus.br/ejud>
ejud@trt13.jus.br
(83) 3533-6449

Histórico de Versões do Documento

16/11/2017	v.1.0	Versão inicial consolidada do documento, que será proposta ao Conselho Pedagógico	Ronaldo Farias
09/02/2017	v.2.0	Versão com correções e cronograma de cursos, conforme solicitação do Conselho Pedagógico, enviada para aprovação	Ronaldo Farias

Escola Judicial do TRT da 13ª Região
CENTRO DO SABER E DA CULTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Diretor:

Desembargador UBIRATAN MOREIRA DELGADO <udelgado@trt13.jus.br>

Vice-Diretor:

Juiz PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA <pshilva@trt13.jus.br>

Conselho Pedagógico:

Juiz ADRIANO MESQUITA DANTAS <amdantas@trt13.jus.br>

Juiz ANTONIO CAVALCANTE DA COSTA NETO <acneto@trt13.jus.br>

Juíza ROBERTA DE PAIVA SALDANHA <rpsaldanha@trt13.jus.br>

Secretário-Executivo:

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPÍNOLA <aespinola@trt13.jus.br>

Equipe de Apoio:

OLAVO NÓBREGA DE SOUSA JÚNIOR <onsousa@trt13.jus.br>

RONALDO DE ARAÚJO FARIAS <rafarias@trt13.jus.br>

SILVANO JOSE SOARES DE FIGUEIREDO GOMES <ssoares@trt13.jus.br>

SÍLVIO LUCAS DA SILVA <slucas@trt13.jus.br>

VALERIA CRISTINA DA CUNHA LIMA <vcclima@trt13.jus.br>

Sumário

1. Introdução	5
2. Objetivos	6
3. Alinhamento pedagógico	7
4. Alinhamento com o Programa de Gestão por Competências do TRT13	9
5. Alinhamento estratégico	15
6. Levantamento de demandas de capacitação	16
7. Planejamento	18
Janeiro	18
Fevereiro	18
Março	19
Abril	20
Maio	22
Junho	23
Julho	23
Agosto	24
Setembro	24
Outubro	25
Novembro	26
Dezembro	27
8. Orçamento	29

1. Introdução

A Escola Judicial (EJUD13) é órgão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e faz parte do sistema integrado de formação da magistratura do trabalho, coordenado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – Enamat. A Escola tem por finalidade a preparação, a formação, o treinamento, o aperfeiçoamento, o desenvolvimento e a capacitação de magistrados e servidores.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) é o instrumento de planejamento inerente às ações da EJUD13 para cumprimento de seus objetivos de formação, tendo como ponto de partida o alinhamento ao Plano Pedagógico desta Escola e o próprio Planejamento Estratégico do TRT13. O PAC trata de estratégias para definição de áreas temáticas; de prioridades para realização dos cursos e, por fim, de uma proposta de cronograma de eventos.

Ressalte-se, ainda, que os Órgãos da Justiça Trabalhista estão em fase de implantação e amadurecimento dos conceitos da Gestão por Competência. Tais práticas de gestão estão sendo materializadas por meio de projetos e ações do Programa de Gestão por Competências, implantado neste Regional através da Resolução Administrativa nº 121/2015, regulamentado pelo ATO TRT GP nº 528/2015. Destarte, faz-se necessária atuação da Escola Judicial na redução das lacunas identificadas pela Gestão por Competências, fornecendo capacitação em consonância com os levantamentos e apoiando a melhoria nas competências profissionais dos servidores.

2. Objetivos

O principal objetivo do PAC é identificar e estabelecer as ações concretas necessárias à formação dos servidores e magistrados, permitindo a evolução de suas competências para o crescimento profissional e o cumprimento da missão da instituição.

Os objetivos específicos podem ser determinados, para os magistrados, conforme a Resolução nº 01/2008, alterada pela Resolução nº 03/2009:

- a) desenvolver postura ética, proativa, independente, humanizadora das relações no âmbito judiciário, garantidora dos princípios do Estado Democrático de Direito e socialmente comprometida com o exercício da função;
- b) apresentar visão integradora e democrática do processo, como meio de solução justa dos conflitos nas dimensões jurídica, sociológica, econômica e psicológica;
- c) desenvolver as competências para o Magistrado eficazmente: relacionar-se interpessoalmente, com a sociedade e a mídia; argumentar juridicamente na posição de terceiro; administrar a Unidade Judiciária; proferir decisões com suporte nas mais variadas ferramentas jurídicas (equidade, analogia, princípios, direito comparado, etc.); garantir a efetividade da execução trabalhista; dirigir a fase instrutória em contraditório; e promover a conciliação ética e pacificadora;
- d) propiciar a aquisição de saberes de outros ramos do conhecimento indispensáveis à atividade jurisdicional que não foram objeto de formação acadêmica jurídica específica;
- e) integrar-se no contexto sociocultural, econômico e político da região do exercício da atividade jurisdicional.

Quanto à formação de servidores, a Resolução Nº 192, de 8 de maio de 2014, especifica que:

Art. 5º A formação e o aperfeiçoamento dos servidores terão caráter permanente, desde o ingresso no Poder Judiciário e ao longo da vida funcional.

Art. 6º A formação e o aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário serão desenvolvidos nas seguintes modalidades:

I – formação inicial;

II – formação continuada.

§ 1º A formação inicial refere-se ao desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições das unidades.

§ 2º A formação continuada refere-se ao desenvolvimento das competências necessárias ao longo da vida funcional do servidor e compreende:

I – ações educacionais de ordem técnica, gerencial e comportamental;

II – formação de multiplicadores; e

III – programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Art. 7º As unidades de formação oferecerão ações educativas para o desenvolvimento das competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal.

3. Alinhamento pedagógico

O Plano Pedagógico 2016-2020 da EJUD13 pauta, no item 2.3.2, o conjunto de competências que sintetizam as grandes áreas do conhecimento que devem ser objeto da atividade formativa dos magistrados, quais sejam:

- a) Argumentativo-discursivo;*
- b) Jurídico-didático;*
- c) Jurídico-deontológico;*
- d) Político-institucional;*
- e) Sociointerativo;*
- f) Administrativo-funcional*
- g) Jurisdicional-trabalhista;*
- h) Jurídico-trabalhista;*
- i) Sociopsicológico.”*

Por outro lado, a proposta didático-pedagógica do referido Plano Pedagógico integra tais temas com a experiência adotada pelo *Judicial Training Institute (JTI)*, com foco na eficiência e sintetizada em três pilares:

*“Técnicas judiciais
Administração e organização judiciária
Comunicação social e psicossocial”*

Procurando atingir os níveis de treinamento básico, específico ou temático, os seguintes instrumentos pedagógicos foram propostos:

*“Seminários Gerais de Formação Continuada
Congressos e eventos científicos/culturais
Cursos de curta duração, conferências e mesas redondas
Ensino à Distância”*

A produção acadêmica será endereçada pela Revista Eletrônica, a RevEJUD13, para publicação de material de professores, alunos e convidados, incluindo a edição de livros temáticos. Já o instituído Centro de Pesquisas sobre o Judiciário Trabalhista Paraibano – CPJ TRT13 – trata da seleção, gestão e desenvolvimento das ações de pesquisa e extensão, incluindo a divulgação dos resultados.

Quanto às diretrizes para planejamento de ações para servidores, estabelecem-se como parâmetros:

- a) A constituição de um núcleo teórico básico de formação, constituídos por cursos continuamente ofertados nas áreas de português, processo judicial eletrônico, noções básicas de gestão administrativa e cálculo judicial;*
- b) A oferta de cursos especializados, integrantes de uma grade permanente, visando o aprimoramento crescente de servidores em áreas estratégicas eleitas de conformidade com a demanda da administração, em consonância com as diretrizes anualmente estabelecidas pelo Conselho Pedagógico.*
- c) A oferta de cursos temporários e a possibilidade de o servidor frequentar cursos*

externos de curta, média e longa duração, destinado ao aprimoramento de competências específicas em áreas estratégicas eleitas pela administração e de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal e Escola Judicial.”

A avaliação, parte do processo de formação, é essencial para prover a análise qualitativa das ações, permitindo melhor planejamento de capacitações futuras, devendo abordar a efetividade na aplicação prática do conteúdo abordado. Os instrumentos da metodologia a ser seguida estão descritos no item 2.3.5 do Plano Pedagógico vigente nesta Escola.

Quanto aos critérios de seleção dos palestrantes, tutores e conteudistas, serão considerados os aspectos curriculares, de experiência profissional, pluralidade intelectual, conforme os temas endereçados pelas ações. As bases curriculares de instrutores do TRT13 e do CSJT deverão ser subsídio para tal seleção.

Estabelecidas as diretrizes para planejamento das ações, procuraremos formular as atividades pautando o alinhamento das demandas e necessidades à metodologia didática proposta.

4. Alinhamento com o Programa de Gestão por Competências do TRT13

O Programa de Gestão por Competências do TRT13 identificou, por meio do Projeto Estratégico *Gestão por Competências para as Funções Gerenciais*, no ano de 2015, as seguintes lacunas para cada tipo de competência, para as **VARAS DO TRABALHO**:

Tabela 04 - Competências Técnicas contempladas no Plano de Capacitação 2015

Competências Técnicas – Varas do Trabalho	% GAPs/nº Gestores	Plano S/N
Gestão Estratégica	78%	S
Pje	70%	S
Direito Processual Civil	67%	N
Técnicas de Redação Oficial	63%	N
Direito Processual do Trabalho	59%	S
E-Gestão	59%	S
Direito do Trabalho	56%	N
Gramática	52%	S
Interpretação de Texto	48%	N
Linguagem Jurídica	48%	N
Direito Previdenciário	41%	N
Ortografia	41%	N
Direito Comercial	33%	N
Acórdãos, Orientações Jurisprudenciais e Súmulas	30%	N
Lei 8.112/90 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos	26%	S
Direito Constitucional	22%	S
Avaliação de Competências	19%	S
Cálculos Trabalhistas	19%	S
Direito Civil	15%	N
Gestão por Competências	15%	S
Sistema de Avaliação de Desempenho - SISAVAL	15%	N
Atos, Resoluções, Instruções Normativas, Ordens de Serviço	11%	N
Editor de Planilhas - BrOffice Calc	11%	N
Gestão de Pessoas	11%	S
Súmulas e Orientações Jurisprudenciais	11%	N
Direito tributário	7%	N
Editor de Textos - BrOffice Writer	7%	N
Gestão de Processos	7%	S
Gestão do Conhecimento	7%	N
Interpretação de Planilhas de Cálculos	7%	N
SUAP	7%	S
Convênios: BACENIUD, INFOIUD...	4%	N
Direito Administrativo	4%	S
Sistema de Pessoal (Portal Interativo MentofH)	4%	N
Total: 34		14

Observou-se por este gráfico a “a necessidade de se capacitar os Gestores em

competências

técnicas voltadas à Língua Portuguesa, Ortografia, Interpretação de Texto; assim como em Técnicas de Redação Oficial e Linguagem Jurídica.”. Ficou claro também o impacto da Gestão Estratégica, do Pje e do Direito Processual Civil, que possuíram as maiores lacunas (gaps).

No tocante às competências comportamentais, ainda para as **VARAS DO TRABALHO**, os gaps foram:

Tabela 05 - Competências Comportamentais contempladas no Plano de Capacitação 2015

Competências Comportamentais	% Gaps/Gestores	Plano (S/N)
Negociação	26	N
Comportamento Flexível	15	S
Foco em Resultado	07	N
Aprendizagem Continuada	04	N
Gestão de Processos	04	S
Total= 05	-	02

Tornou-se explícito, portanto, que a maior demanda foi na competência *Negociação*, que gerou uma lacuna em 26% dos casos. Tal competência é definida como “Capacidade de barganhar com a outra parte, de forma a elevar o nível de ganhos mútuos ou a reduzir os prejuízos conjuntos”. Outra competência destacada foi o *Comportamento Flexível*, com gap de 15%.

Em relação aos gestores das Unidades Administrativas e Judiciárias, relativas ao segundo grau, os resultados para as competências técnicas foram:

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS - Unidades Administrativas e Judiciárias	% GAPs/Gestores	Plano (S/N)
Regimento Interno	64,29%	N
Normas regulamentadoras	60,71%	N
Língua Portuguesa	57,14%	S
Gestão Estratégica	57,14%	S
Redação oficial	53,57%	N
Lei 8.112/90	53,57%	S
Gestão de Processos	42,86%	S
Gestão de Pessoas	42,86%	S
Gestão por Competências	39,29%	S
Direito Processual Civil	39,29%	N
Direito Constitucional	35,71%	S
Estrutura Organizacional da instituição (Reg.Geral)	35,71%	N
Redação Jurídica	35,71%	N
Direito Administrativo	32,14%	S
Sistema de Avaliação de Competências	28,57%	N
Malote Digital	28,57%	N
Estrutura Organizacional da Justiça do Trabalho	28,57%	N
Língua Jurídica	28,57%	N
PJ-e	28,57%	S
Planilha Eletrônica	25,00%	N
Administração Pública	25,00%	N
Direito Processual do Trabalho	25,00%	S
Gestão Pública	21,43%	N
Administração Judiciária	21,43%	N
Editor de Planilhas (BROffice Calc)	21,43%	N
Sistema de Avaliação de Desempenho - SISAVAL	21,43%	N
Direito do Trabalho	21,43%	N
Conhecimento de redação oficial	17,86%	N
Direito Civil	17,86%	N
Gestão Orçamentária	17,86%	S
Gestão de Projetos	14,29%	S
Súmulas, doutrinas e orientações jurisprudenciais	14,29%	N
Direito Tributário	10,71%	N
Gestão de Riscos	10,71%	S
SIGEST	10,71%	N
Gestão do Conhecimento	10,71%	N
Sistema de Pessoal (Portal Interativo MentoRH)	10,71%	N

(continua...)

Sistema Pesquisa de jurisprudência	10,71%	N
Confecção de planilhas	10,71%	N
Rizagi (Sistema de Ger. De Processos e Negócios)	7,14%	N
Direito Previdenciário	7,14%	N
Gestão de Conflitos	7,14%	N
Gestão Financeira e Orçamentária	7,14%	S
Internet (Explorer, Mozilla, Chrome) e Intranet	7,14%	N
Auditoria	3,57%	S
Banco de dados	3,57%	N
Interpretação de planilhas de cálculos	3,57%	N
Conhecimentos de PPRA	3,57%	N
Diagramação de Textos	3,57%	N
Direito Penal	3,57%	N
E-gestão	3,57%	S
E-mail Corporativo	3,57%	N
Editor de Texto (BROffice Writer)	3,57%	N
Editoração de imagens	3,57%	N
Estrutura orgânica do Tribunal	3,57%	N
Folha de pagamento	3,57%	S
GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)	3,57%	S
Gestão de Contratos	3,57%	N
Legislação aplicada à folha de pagamento	3,57%	N
Legislação de Imposto de Renda	3,57%	N
Legislação de Pessoal	3,57%	S
Matemática Financeira	3,57%	N
PCS (Plano de Cargos e salários)	3,57%	N
Pesquisas de CLIMA	3,57%	N
Programa gerador da DIRF	3,57%	N
Programa gerador da RAIS	3,57%	N
Programa GFIP	3,57%	N
Programa SEFIP (SERÁ SUBSTITUÍDO PELO E-SOCIAL)	3,57%	S
Programas de Reconhecimento e Valorização	3,57%	N
Sistema da folha de pagamento	3,57%	S
Sistema MentorRH	3,57%	N
SIAP	3,57%	S
Atividades de secretariado do Desembargador	3,57%	N
Tabelas de contribuição da previdência social	3,57%	S
Técnicas de Feedback	3,57%	S
TOTAL		24

Observa-se que as duas maiores frequências de gaps nas competências técnicas foram para Regimento Interno (64,3%) e Normas Regulamentadoras (60,7%). Entendemos que ações pedagógicas de linhas gerais não são facilmente dedutíveis em forma de capacitação para estes itens, sendo notável a necessidade de uma prática de leitura por parte dos servidores das regulamentações. No entanto, as normas regulamentadoras específicas de cada tipo de trabalho das unidades refletem uma opção de capacitação mais palpável e exequível (exemplo: Capacitação na Lei 8112/90 para a Assessoria Jurídica da Presidência), de forma que se desdobra em outras competências técnicas observadas nos casos concretos.

“Dado significativo também é que o percentual de gap na competência *gestão de pessoas* foi 42%, bem maior do que o encontrado nos gestores das Varas de Trabalho, de apenas 11%.”, o que denota uma demanda maior deste segmento para evolução das competências de gestão.

Quanto às competências comportamentais, levantou-se o que segue:

Tabela 07- Competências Comportamentais contempladas no Plano de Capacitação 2015

Gestores das Unidades Administrativas e Judiciárias

Competências Comportamentais	% Gaps/Gestores	Plano (S/N)
Negociação	28,57	N
Foco em Resultado	14,3	S
Gestão do Tempo	14,3	S
Aprendizagem Continuada	10,7	N
Eficiência Profissional	10,7	N
Resiliência	3,6	N
Liderança	3,6	S
Comprometimento com o trabalho	3,6	N
Total= 08	-	3

Analisa-se, por fim, os Planos de Desenvolvimentos Gerenciais dos gestores das Unidades Judiciárias da Sede, isoladamente das administrativas. Tal análise se deve à especificidade observada nestes setores, que diferem muito das unidades administrativas. Quanto as competências técnicas, foi apurado:

Gráfico 09: Percentuais de Gaps das Competências Técnicas

Por lado,



outro

quanto às competências comportamentais, os gaps foram:

Tabela 08 - Competências Comportamentais contempladas no Plano de Capacitação 2015
Gestores das Unidades Judiciárias

Competências Comportamentais	% Gaps/Gestores	Plano (S/N)
Negociação	13	N
Foco em Resultados	13	N
Eficiência Profissional	13	N
Aprendizagem Continuada	06	N
Gestão de Processos	06	S
Total= 05	-	01

O gap observado na Gestão Estratégica novamente é destacado, bem como as mesmas competências do cenário Judicial + Administrativo (Normas Regulamentadoras, Regimento Interno, Redação Jurídica, Lei 8112/90, Gestão de Pessoas).

No tocante às competências comportamentais, por fim, apenas as competências de gestão de processos e aprendizagem continuada surgiram, diferentemente da visão Judicial + Administrativa.

Inexistindo novo relatório consolidado, tomamos como base o que foi avaliado no ano de 2015 para apoio à elaboração das capacitações de 2017.

Nesta linha, observamos premente necessidade de cursos de alta eficácia para evolução das competências comportamentais de **Negociação, Foco em Resultado, Comportamento Flexível, Eficiência Profissional e Gestão do Tempo**. A Aprendizagem Continuada pode ser vista como um conceito recursivo, pois através da melhoria e incentivo às próprias ações de capacitação, juntamente à motivação pessoal, temos um caminho para evoluir tal competência.

Quanto a competências técnicas, devemos buscar o foco nos maiores gaps, dentre os quais se destacam **Gestão Estratégica, Pje, Redação Jurídica, Direito Processual Civil, Lei 8.112/90, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos, Direito Constitucional, Gestão por Competências, Direito Administrativo, Redação Oficial, Editor de Planilhas, Malote Digital** e outras.

Por outro lado, há de ser considerado um fator de impacto para as competências aqui levantadas – algo que não existia na metodologia de Gestão por Competências. De fato, se determinado conhecimento técnico tiver impacto menor no cumprimento da missão institucional e se sobrepor a outro que tem um grande impacto, apenas por ter maior gap, haverá uma inconsistência na lógica de priorização. Desta forma, devemos considerar o grau de impacto no cumprimento da missão institucional, objetivos e metas, como fator de importância na priorização de demandas de capacitação.

5. Alinhamento estratégico

O planejamento estratégico do TRT13 para o período 2015/2020 está representado pelo seguinte mapa estratégico:



Desta forma, as ações de capacitação propostas por esta Escola estarão pautadas no cumprimento da missão institucional através dos objetivos estratégicos relacionados.

6. Levantamento de demandas de capacitação

Para permitir melhor eficácia no planejamento das ações de formação, esta Escola optou pelo levantamento de categorias de eventos. Verificaram-se as ações de capacitação frequentemente solicitadas e realizadas no passado, contextualizou-se a situação presente e definiu-se a forma de alinhar as categorias comuns com o plano pedagógico. Definiram-se as seguintes linhas de capacitação:

Núcleo Básico de Formação

- Língua Portuguesa
- Pje
- Noções Básicas de Gestão Administrativa
- Cálculo Judicial

Área finalística (cursos especializados)

- Direito Trabalhista
- Direito Previdenciário
- Processo Civil
- Conciliação e Mediação
- Avaliação de bens móveis e imóveis

Área Administrativa (cursos especializados)

- Segurança Institucional
- Gestão e Fiscalização de Obras Públicas
- Orçamento, Finanças e Contabilidade
- Licitações e Contratos
- Comunicação Social
- Tecnologia da Informação
- Seguridade Social
- Gestão de Processos de Trabalho
- Gestão de Riscos
- Legislação de Pessoas
- Controles Internos, Auditoria e Prestação de Contas

Demandas Ad Hoc (temáticas)

A categoria de demandas Ad Hoc (temáticas) será formalizada como *Formação Presencial Sob Demanda* e foi criada com dois intuitos: (i) que eventos com dependência de data e/ou orçamento e/ou formação de turmas sejam aprovados, porém ainda dependendo de fatores não previsíveis para serem executados; (ii) que a Administração do Tribunal especifique e autorize a realização ou contratação de eventos de interesse a serem realizados, os quais não tenham sido contemplados em planejamento prévio. Desta forma, conforme será descrito adiante, possibilitar-se-á planejamento e controle orçamentário mais efetivos e se dará flexibilidade para que a gestão possa opinar com prioridades identificadas a posteriori.

A definição dos cursos específicos a serem realizadas em cada tema é realizada com reuniões com gestores representantes de cada área do Tribunal, de forma que a agenda seja montada de forma factível e condizente com as necessidades e linhas de capacitação básica, intermediária e avançada, conforme o caso.

Por outro lado, as naturezas e formatos dos eventos podem ser caracterizados nas seguintes modalidades:

Curso presencial
Curso externo
Curso em EAD
Palestra
Seminário
Workshop/Mentoria
Colóquio/Debate/Mesa Redonda
Congresso/Conferência

Sendo assim, viabilizaremos o planejamento através de programação por área temática, adequando às categorias de evento.

7. Planejamento

Legenda

FCM: Formação Continuada de Magistrados

ST: Seminários Temáticos Judiciários

FDMP: Formação em Direito Material e Processual

FCSAF: Formação Continuada de Servidores da Área Finalística

EI: Escola Itinerante

FCAA: Formação Continuada da Área Administrativa

FG: Formação de Gestores

FAD: Formação À Distância

FPSD: Formação Presencial Sob Demanda

Programação

1. Janeiro

Mês voltado ao Planejamento Anual

2. Fevereiro

(FCM) Palestra – Reforma Trabalhista Comparada e o Futuro do Trabalho (Aula Magna).

Tipo: Palestra - palestrantes internos e externos

Data: 26/02

Público-alvo: magistrados e servidores da área fim do Tribunal

Participantes: 100 pessoas

Modalidade: presencial

(FCM) Congresso – I Congresso Internacional Europeu/Brasileiro de Direito do Trabalho de Campina Grande - Reforma trabalhista comparada - o trabalho do presente e do futuro - 28/02 e 01/03 - palestrantes externos.

Tipo: Palestra - palestrantes internos e externos

Data: 28/02 e 01/03

Público-alvo: magistrados e servidores da área fim do Tribunal

Participantes: 100 pessoas

Modalidade: presencial

(FCSAF) Workshop de Governança

Tipo: Palestra - palestrantes internos e externos

Data: 22/02
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim do Tribunal
Participantes: 60 pessoas
Modalidade: presencial

Março

(FAD) Curso – Pje KZ

Tipo: Curso em EAD
Data: março a abril
Público-alvo: magistrados e servidores da área finalística
Participantes: EAD - aberto
Modalidade: EAD

(FCSAF) Palestra – Encarando o Mundo com Sorriso - João Pessoa

Tipo: Palestra - palestrantes internos
Data: 16/03
Público-alvo: magistrados e servidores
Participantes: 60
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso – Segurança Institucional - Primeiros Socorros

Tipo: Curso presencial
Data: 12 e 13/03
Público-alvo: servidores selecionados pela SST
Participantes: 25
Modalidade: presencial

(FCAA) Workshop - Gestão de Risco na Contratação de Obras Públicas

Tipo: Curso presencial
Data: 19 a 21/03
Público-alvo: servidores que atuam em contratação de obras
Participantes: 15
Modalidade: presencial

(FCM) Palestra - Responsabilidades do Plenário como Alta Gestão do TRT (interna)

Tipo: Palestra - palestrante interno, gestor do TRT
Data: a definir
Público-alvo: Desembargadores e Chefes de Gabinete
Participantes: 20
Modalidade: presencial

(FCAA) Workshop: Contratações - Problemas, Soluções, Gestão de Riscos e IN05

Tipo: Workshop presencial (palestrantes internos)
Data: 16/03
Público-alvo: servidores que atuam em contratação
Participantes: a definir
Modalidade: presencial

(FCAA) Oracle Linux

Tipo: Curso externo
Data: a definir
Público-alvo: servidores da SETIC - CDMS
Participantes: 8
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso AUD1 (Ênfase em Órgãos Públicos)

Tipo: Curso presencial
Data: 12 a 14/03
Público-alvo: servidores da SCI
Participantes: 8
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso AUD 2 (Ênfase em Órgãos Públicos)

Tipo: Curso presencial
Data: 19 a 21/03
Público-alvo: servidores da SCI
Participantes: 8
Modalidade: presencial

Abril

(FAD) Curso – Redação Jurídica

Tipo: Curso em EAD
Data: a partir de abril
Público-alvo: servidores selecionados
Participantes: a ser definido contratualmente
Modalidade: EAD

(FAD) Curso – Cálculo Judicial

Tipo: Curso em EAD
Data: abril e maio
Público-alvo: servidores da área finalística
Participantes: 40
Modalidade: EAD

(FCSAF) Palestra – Encarando o Mundo com Sorriso - Campina Grande

Tipo: Palestra - palestrantes internos
Data: 06/04
Público-alvo: magistrados e servidores
Participantes: 50
Modalidade: presencial

(FDMP) Formação em Direito Material e Processual

Tipo: Cursos presenciais com palestrantes internos
Data: abril e maio (sextas-feiras)
Público-alvo: servidores da área finalística

Participantes: 60
Modalidade: presencial

(FCAA) Semana de Licitações e Contratos - Contratações Sustentáveis, Sistema de Registro de Preços e Atualização Jurisprudencial

Tipo: Cursos presenciais com palestrantes externos
Data: 23/04 a 27/04
Público-alvo: servidores que atuam em contratação
Participantes: 40
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Atualização em Direito Previdenciário e Seguridade Social

Tipo: Cursos presenciais com palestrantes externos
Data: 05/04 e 06/04
Público-alvo: servidores do CAPPE, SEGEPE E AJP
Participantes: 20
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso – Segurança Institucional - Operador de Sparker

Tipo: Curso presencial
Data: 23 a 25/04
Público-alvo: servidores selecionados pela SST
Participantes: 25
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso – Como Implantar a Governança de TI em 10 Passos

Tipo: Curso externo
Data: 09/04 e 10/04
Público-alvo: servidores da SETIC
Participantes: 2
Modalidade: presencial

(FCSAF) Curso – Avaliação de bens móveis e imóveis

Tipo: Curso presencial com palestrantes externos
Data: a definir
Público-alvo: oficiais de justiça
Participantes: 30
Modalidade: presencial

(ST) Seminários Temáticos Judiciários

Tipo: Palestra
Data: 30/04
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: 50
Modalidade: presencial

Maio

(FCSAF) Programa de Formação de Conciliadores

Tipo: Palestra
Data: 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 10/05
Público-alvo: servidores da área fim
Participantes: 30
Modalidade: presencial

(EI) Escola Itinerante

Tipo: Capacitação itinerante
Data: maio a dezembro
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: servidores das VTs
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Red Hat JBoss Application Administration I e II - JBoss EAP 7

Tipo: Curso externo
Data: a definir
Público-alvo: servidores da SETIC - CDMS
Participantes: 4 em cada
Modalidade: presencial

(FCAA) Capacitação em Segurança para GESI e Magistrados

Tipo: Curso presencial com palestrante externo
Data: a definir
Público-alvo: GESI
Participantes: 12
Modalidade: presencial

(FCAA) Semana de Formação de Gestores e Fiscais de Contrato (2 dias para curso básico e 3 dias para intermediário/avançado)

Tipo: Curso interno
Data: 14/05 a 18/05
Público-alvo: gestores e fiscais de contrato, atuais e futuros candidatos
Participantes: 50
Modalidade: presencial

(FCSAF) Recurso de Revista: Pressupostos de Admissibilidade e Atualização Jurisprudencial

Tipo: curso presencial com palestrantes externos
Data: 23/05 a 25/05
Público-alvo: servidores da Vice-Presidência e de Gabinetes
Participantes: 20
Modalidade: presencial

(ST) Seminários Temáticos Judiciários

Tipo: Palestra
Data: 28/05
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: 50
Modalidade: presencial

Junho

(FCAA) Curso - Técnica Legislativa

Tipo: Curso presencial com palestrantes externos

Data: 04/06 e 05/06

Público-alvo: servidores da AJP, SGP, SETIC, AGE, STPCJ e demais indicados

Participantes: 30

Modalidade: presencial

(FCAA) Implementação do COBIT

Tipo: Curso externo

Data: a definir

Público-alvo: servidores da SETIC

Participantes: 5

Modalidade: presencial

(FCAA) Avaliação de Controles Internos e Auditoria de Avaliação de Controles Internos

Tipo: curso externo

Data: a definir

Público-alvo: servidores da SCI e indicados do Comitê de Gestão de Riscos

Participantes: 4

Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Técnicas Redacionais Jornalísticas

Tipo: Curso presencial com palestrantes externos

Data: 11/06 e 12/06

Público-alvo: servidores da ACS e do Cerimonial

Participantes: 10

Modalidade: presencial

(ST) Seminários Temáticos

Tipo: Palestra

Data: 15/06

Público-alvo: magistrados e servidores da área fim

Participantes: 50

Modalidade: presencial

Julho

Mês voltado ao planejamento do Segundo Semestre

Agosto

(FAD) Curso – Pje

Tipo: Curso em EAD

Data: agosto e setembro
Público-alvo: magistrados e servidores da área finalística
Participantes: EAD - aberto
Modalidade: EAD

(FCAA) Plano de Continuidade de Negócios

Tipo: Curso presencial
Data: 06/08 a 08/08
Público-alvo: servidores da SETIC
Participantes: 2
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Legislação de Pessoal

Tipo: Curso presencial com palestrante externo
Data: 13/08 e 14/08
Público-alvo: servidores do CAPPE, SEGEPE, AJP, SGP, GPRES, NUMA e indicações
Participantes: 40
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Reciclagem de Agentes de Segurança

Tipo: Curso presencial com palestrante externo
Data: 13/08 a 16/08 (provavelmente haverá necessidade de 2 turmas)
Público-alvo: Agentes de Segurança
Participantes: 65
Modalidade: presencial

(FCM) Seminários Temáticos Judiciários

Tipo: Palestra
Data: 24/08
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: 50
Modalidade: presencial

Setembro

(FCAA) Atualização em Legislação Relacionada à Acessibilidade

Tipo: Curso presencial com palestrante externo
Data: 03/09 e 04/09
Público-alvo: servidores do NEMA, CESMT, GDG, SADM, NCL, AJP e indicações
Participantes: 20
Modalidade: presencial

(FCM) Palestra – Processo Civil (tema específico a definir)

Tipo: Palestra
Data: 14/09
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: 60
Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Auditoria Governamental em Obras Públicas

Tipo: Curso presencial com palestrante externo

Data: 17/09 a 19/09

Público-alvo: servidores da SCI, CEMA, SADM, GDG

Participantes: a definir

Modalidade: presencial

(FCAA) Gestão da Informação e Documentação

Tipo: Curso externo

Data: 20/09 a 22/09

Público-alvo: servidores da SETIC

Participantes: 5

Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Segurança Institucional

Tipo: Curso presencial com palestrante externo

Data: a definir

Público-alvo: a definir

Participantes: a definir

Modalidade: presencial

(FCM) Seminários Temáticos

Tipo: Palestra

Data: 15/06

Público-alvo: magistrados e servidores da área fim

Participantes: 50

Modalidade: presencial

Outubro

(FCAA) Congresso – Tecnologia da Informação - CONIP

Tipo: Congresso externo

Data: 06/11 a 07/11 (previsto)

Público-alvo: servidores da SETIC

Participantes: 5

Modalidade: presencial

(FCAA) Congresso – Tecnologia da Informação - ENASTIC

Tipo: Congresso externo

Data: a definir

Público-alvo: servidores da SETIC

Participantes: 2

Modalidade: presencial

(FCAA) Curso - Auditoria em Demonstrações Contábeis e Relatórios Financeiros

Tipo: Curso presencial com palestrante externo

Data: 8/10 a 10/10

Público-alvo: servidores da SCI e da SPF
Participantes: a definir
Modalidade: presencial

(FCSAF) Curso – PJe (tema específico a definir pela gestão)

Tipo: Curso presencial com palestrante interno
Data: a definir
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim
Participantes: a definir
Modalidade: presencial

(FCAA) Projetos Preventivos de Combate a Incêndio

Tipo: Curso presencial com palestrante externo
Data: 15/10 a 17/10
Público-alvo: Servidores do NEMA, CESMT e SST
Participantes: a definir
Modalidade: presencial

(FCM) Congresso Internacional de Direito Coletivo e Individual do Trabalho (Negociação e Arbitragem Trabalhista)

Tipo: Congresso - palestrantes internos e externos
Data: 29/10 e 30/10
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim do Tribunal
Participantes: 100 pessoas
Modalidade: presencial

Novembro

(FCAA) Programa de Transição de Gestão

Macroprocessos de Trabalho do Tribunal
Gestão de Riscos
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Noções de Licitação e Contratos
Noções Básicas de Gestão Administrativa
Tipo: Cursos presenciais com palestrantes internos/externos
Data: 19/11 a 28/11
Público-alvo: integrantes de transição de gestão
Participantes: 30
Modalidade: presencial

Dezembro

(FCM) Aula Magna – Fechamento do ano letivo

Tipo: Palestra - palestrantes internos e externos
Data: 07/12
Público-alvo: magistrados e servidores da área fim do Tribunal
Participantes: 50 pessoas
Modalidade: presencial

(FSD) Formação Sob Demanda - capacitação elencada para demandas com dependências (cursos que dependem de disponibilidade orçamentária e/ou fatores externos - exemplo: formação de turmas):

- World Class Manufacturing (WCM) (CEMA)
- Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratos Terceirizados (SADM)
- Design Gráfico e Arte Editorial Jornalística (ACS)
- Fotografia para Jornalismo (ACS)
- Suprimento de Fundos (SADM)
- Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico (SADM)
- Implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios ISO 22301:2012 (SETIC, SI)
- Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005 (SETIC, SI)
- Course 20411D:Administering Windows Server® 2012 (SETIC, NTST)
- IPV6 (SETIC, NTST)
- Tivoli Storage Manager (SETIC, NTST)
- Governança de TI: ITIL v3 Fundamentos (SETIC, CAU)
- Governança de TI: Gerenciamento de Serviços de TI (SETIC, CAU)
- Angular 5 (SETIC, NDMS)
- Fundamentos de Governança de TI (SETIC)
- Gerenciamento de Serviços de TI (SETIC, NGTIC)
- Dominando o Mapeamento de Processos com BPMN 2.0 (SETIC, NGTIC)
- Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005 (SETIC, NGTIC)
- QlikView (SETIC, NGTIC)
- Sistema e-Pessoal (SCI)
- Relatório de Auditorias (SCI)
- Avaliação de Controles Internos e Auditoria (SCI)
- Auditoria em Gestão de Contratos e Licitações (SCI)
- Auditoria Governamental - AUDI III (SCI)
- Auditoria Baseada em Avaliação de Riscos (SCI)
- Fórum/Encontro de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário (SCI)
- Analista de Imagens (SST)
- Direção Defensiva e Evasiva (SST)
- Formação de Instrutor de Armamento e Tiro (SST) - Bimestral

OBS: A Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF) informa que capacitações relativas a Orçamento, Finanças e Contabilidade só poderão ser especificadas sob demanda ao longo do ano.

8. Orçamento

A estratégia de gestão orçamentária se pautará no controle de Eventos Planejados e Demandas Ad Hoc. Para cada evento que estiver programado, será estimado o custo em plano de execução financeira, controlando-se os gastos com diárias, palestrantes, contratadas e, caso entenda a administração, passagens aéreas. As despesas, por sua vez, correrão de forma isolada, como é de praxe, para magistrados e servidores.

Por outro lado, as demandas não planejadas serão debitadas de despesa isolada, de forma que a organização possa ter flexibilidade quanto ao controle dos gastos inesperados (ad hoc) de acordo com as necessidades determinadas pela gestão.